

# Configurações do romance histórico por Alencar e Herculano

Eunice de Moraes

UEPG

## Resumo

A proposta deste trabalho é analisar comparativamente os romances românticos *Iracema*, do brasileiro José de Alencar, e *O Bobo*, do português Alexandre Herculano; considerando a ideia de que o discurso proposto em cada romance histórico tem bases fundamentadas nas relações intertextuais, construídas pelo autor empírico, com o referencial histórico sugerido ou declarado em paratextos, ou na construção narrativa.

**Palavras-chave:** romance histórico; Alencar; Herculano.

## Abstract

The aim of this essay is analyzing by comparison the romantic novels *Iracema*, by the Brazilian José de Alencar and *O Bobo*, by the Portuguese Alexandre Herculano; considering the idea that the discourse presented on each historical novel has their fundamental bases on the intertextual relations, working out by the empiric author, with the historical reference suggested or declared by paratext, or by the narrative construction.

**Keywords:** historical novel; Alencar; Herculano.

A hipótese fundamental que guia a realização deste trabalho é a de que o discurso proposto em cada romance histórico tem suas bases fundamentadas nas relações intertextuais, construídas pelo autor, com o referencial histórico sugerido ou declarado em paratextos<sup>1</sup> ou durante a construção narrativa. A fim de demonstrá-la, tomamos como objeto de observação e análise os romances históricos *Iracema* (1865), de José de Alencar e *O Bobo* (1843/1868), de Alexandre Herculano, considerando neles a intenção nacionalista e o pacto de leitura, configurados pelo exotismo estabelecido pela voz autoral. A intenção destas análises é identificar posicionamentos ou visões destes autores a respeito da configuração e da importância do gênero romance histórico como difusor e formador ideológico oitocentista.

---

<sup>1</sup> Consideramos como elementos paratextuais do romance *Iracema*, seguindo o conceito dado por G. Genette, tanto as “cartas” que antecedem e procedem à narrativa propriamente dita quanto o “Argumento histórico”. Os três textos recebem assinatura do autor, porém há pesquisadores que leem essas cartas como componentes da narrativa, remetendo à afirmação de Alencar de a narrativa tratar-se de “heroidas”. A afirmação do autor sugere, segundo esta leitura, uma aproximação com as *Heroides*, de Ovídio, em que se apresentam cartas como se fossem escritas por heroínas da mitologia grega e romana, maltratadas pelos amantes. Já para *O bobo*, de Herculano, além do texto sem título antecedente à narrativa nos será útil a “Introdução” ou “Capítulo I” do romance.

Iniciamos nossas observações pela intenção, revelada por Alencar e Herculano em suas obras, de despertar no leitor o sentimento nacional. Tanto em *Iracema* quanto em *O Bobo* temos como elemento essencial para esse despertar a relação sentimental dos autores, que se espera estender aos leitores, com a terra natal. Lisboa e o Ceará são territórios representativos da fundação nacional portuguesa e brasileira, respectivamente. O espaço é explorado nos dois romances enquanto elemento de ligação entre o presente da enunciação e o passado narrado, bem como enquanto motivo para a exaltação nacionalista, o que constitui o traço exótico da narrativa.

No entanto, enquanto o exotismo, como traço da literatura romântica, em geral construía-se pela distância entre o leitor e os espaços da narrativa, provocando seu desejo de conhecer tais localidades e culturas; o exotismo, no romance histórico, dá-se pelo afastamento temporal, o que inviabiliza ao leitor o reconhecimento visual desses ambientes, senão pelas esmiuçadas descrições, que dão ao espaço do narrado “cor local” ou identificação nacional e cultural da literatura produzida.

A proposta do romance histórico de voltar-se para um passado distante sugere já a intenção do subgênero literário e a necessidade de um momento de transformações políticas e sociais de resgatar a origem, a identidade de um povo. Assim, nesses dois romances temos o retorno ao momento de fundação, seja pela manutenção do poder territorial<sup>2</sup> ou pelo estabelecimento de um poder colonizador. Nos dois casos, o espaço físico e original da pátria é fonte de inspiração e guardião da história do seu povo. No paratexto que antecede a narrativa de *O Bobo*, Herculano afirma que:

[A] obra do homem é como o homem; com a diferença, porém, de que o período de renovação do gênero humano conta-se por anos e o da cidade por séculos; mas os anos e os séculos confundem-se e igualam-se diante da vida perpétua do Universo, vigoroso e belo, hoje, amanhã, daqui, talvez, a milhares de eras, como no dia da criação. (HERCULANO, s. d., p. 7)

Assim, se para Herculano a história da cidade é a história do homem, para Alencar o romance *Iracema* é cearense e o leitor, ao abrir o livro, “sentirá uma onda do mesmo aroma silvestre e bravio que lhe vem da várzea. [...] essa onda é a inspiração da

---

<sup>2</sup> Na introdução histórica do romance *O bobo*, o autor-narrador afirma que “se na Batalha do campo de S. Mamede, em que Afonso Henriques arrancou definitivamente o poder das mãos de sua mãe, ou antes das do conde de Trava, a sorte em armas lhe houvera sido adversa, constituiríamos provavelmente hoje uma província de Espanha”. (p. 14)

pátria que volve a ela, agora e sempre, como volve de contínuo o olhar do infante para o materno semblante que lhe sorri” (ALENCAR, 1995, p. 9). Mais uma vez o espaço, o Ceará, é o guardador de memórias, de inspiração que volta para ele incessantemente.

### **Os paratextos: como e por que narrar o passado**

No texto de abertura do romance *O Monge de Cister*, Herculano inicia sua explicação sobre como e por que escreveu o romance anunciando que

Como debaixo dos pés de cada geração que passa na terra dormem as cinzas de muitas gerações que o precederam, assim debaixo dos fundamentos de cada cidade grande e populosa das velhas nações da Europa jazem alastrados os ossos da cidade que precedeu a que existe (HERCULANO, [197-], p. V).

A cidade a que se refere o autor é Lisboa que depois de terremotos, incêndios e guerras restam-lhe apenas “raros e quase apagados vestígios dessas existências de larga vida, desses edifícios monumentais que nas outras cidades da Europa contam o passado ao presente” (HERCULANO, [197-], p. VII). A cidade humanizada pelas palavras de Herculano é o espaço onde deveria revelar-se uma história, uma trajetória, mas que ao deter-se o olhar sobre ela encontram-se raros e descuidados vestígios como “folhas rasgadas de um livro precioso e único” (HERCULANO, [197-], p. VIII). Notamos aí a preocupação de Herculano com a falta de objetos que narrem o passado para o presente, pois exige que se recorra à “imaginação do artista e ao faro de antiquário” (HERCULANO, [197-], p. VIII) para juntar as palavras soltas e compor “um capítulo do livro perdido” (HERCULANO, [197-], p. IX), o que resultaria em reconstruir um pedaço da história da arte ou dos homens, tal como se compõe um “fragmento de novela”. Dá-se, portanto, a justificativa da composição narrativa seguinte ao texto realizar-se no entrecruzamento do imaginário com o histórico.

Além disso, o autor recomenda pressa aos que querem guardar alguns fragmentos do passado, pois a

ilustração do vapor e do ateísmo social aí vai nivelando (*sic*) o que foi pelo que é, a glória pela infâmia, a fraternidade do amor da pátria pela fraternidade dos bandos civis, as memórias da história gigante do velho Portugal pelo areal plano e pálido da

nossa história presente, a obra artística pelos algarismos do orçamento, o templo do Cristo pela espelunca do rebatedor. (HERCULANO, [197-], p. X).

A destruição da cidade pela passagem do tempo e pelas circunstâncias naturais tem nova ameaça: a visão cientificista do mundo, que se aproxima. Temos aqui arguta observação crítica do historiador sobre seu tempo e também seu posicionamento conservador em relação, não apenas aos monumentos históricos, mas às ideias filosóficas que surgiam. Escrever o romance *O Bobo* é uma forma de “transmitir aos vindouros alguns fragmentos do passado” (p. 9), mais especificamente Herculano nos mostra o caminho percorrido para desvendar o edifício primitivo do que era, no século XIX, o “Convento dos Bons Homens de Vilar ou cônegos do Evangelista”. Chegar-se-á ao castelo de Guimarães, no século XII e à batalha do campo de S. Mamede, definitiva para que Portugal não se tornasse uma província de Espanha.

Observa-se que apesar da justificativa espacial para que a narrativa histórica seja romanceada, o interesse fundamental do autor está relacionado ao momento específico da história da fundação ou definição da existência do Estado português. A verdadeira justificativa para a construção romanceada da história do cerco ao castelo de Guimarães será revelada ao final da “Introdução”, após uma didática explicação histórica. O narrador lembra-se dos tempos heroicos do povo português para então voltar à decadência do presente, quando diz:

Pobres, fracos, humilhados, depois dos tão formosos dias de poderio e de renome, que nos resta senão o passado? Lá temos os tesouros dos nossos afetos e contentamentos. Sejam as memórias da pátria, que tivemos, o anjo de Deus que nos revoque à energia social e aos santos afetos da nacionalidade. Que todos aqueles a quem o engenho e o estudo habitam para os graves e profundos trabalhos da história se dediquem a ela. No meio de uma nação decadente, mas rica de tradições, o mister de recordar o passado é uma espécie de magistratura moral, é uma espécie de sacerdócio. Exercitem-no os que podem e sabem; porque não o fazer é um crime. (HERCULANO, s.d., p. 15)

A valorização do passado, das memórias da pátria, como vemos, surge como tábuas de salvação para o estado de decadência da mesma pátria no presente. A ideia de nação, de pátria, apresentada pelo narrador como “o amor cioso da própria autonomia que deriva de uma concepção forte, clara, consciente, do ente coletivo [...]” (HERCULANO, s.d., p. 12) não existia no século XII e no século XIX necessitava de

novos incentivos, novas cores; e elas estavam impressas nas glórias do passado retomadas pelo romance histórico. Por isso a necessidade de que

(a) Arte em todas as suas formas externas represente este nobre pensamento; que o drama, o poema, o romance sejam sempre um eco das eras poéticas de nossa terra. Que o povo encontre em tudo e por toda a parte os grandes vultos dos seus antepassados. (HERCULANO, s. d., p. 15)

Para Herculano é importante que a arte retome os grandes heróis da história portuguesa. O retorno ao passado heroico, seja pela via da narrativa histórica seja pela ficcionalização desse passado, é alento ao povo e motivação para que retomem a energia social e o afeto à nacionalidade. Portanto, a intenção última do romance *O Bobo* relaciona-se diretamente com o desejo de despertar o sentimento nacional, assumido por tantos escritores de seu tempo e lugar, mas sem dúvida apresenta um argumento que, para além da beleza do sentimento patriótico, relaciona-se com a necessidade primordial do restabelecimento da crença em si, da autoestima do povo português.

Além disso, o autor-narrador do romance, talvez por um preciosismo histórico caro ao subgênero que executa, marca desde o início sua sobreposição em relação ao narratário pela erudição. O conhecimento histórico revelado no romance não é apresentado em longa relação bibliográfica. Elas surgem no texto anterior à narrativa e em poucos momentos durante a mesma, denotando que não há pontos de vistas históricos diversos em relação ao episódio narrado. O que se narra é a verdade indubitável da história. No entanto, pelo menos uma das fontes citadas durante o romance é oral. Refiro-me à nota de rodapé que o autor insere para comprovar “o vulto agigantado do moço príncipe que sobrelevava aos mais corpulentos cavaleiros” (HERCULANO, s. d., p. 110). Diz a nota:

Em 1832 o túmulo de D. Afonso I em Santa Cruz de Coimbra foi aberto, e pessoa que assistiu a esse ato, ou pelo menos ainda pôde examinar a ossada do nosso primeiro rei, *me asseverou* que esses ossos eram de dimensão extraordinária. (HERCULANO, s. d., p. 110; grifo nosso)

A fonte, além de contemporânea do autor, não possui registros senão em sua própria memória que, nesse momento, revela-se tanto como historiador como quanto

como ficcionista. Utilizar a fonte oral e contemporânea do autor o aproxima do autor brasileiro pela valorização da mesma fonte, como veremos mais adiante. No entanto, observamos que Herculano o faz em relação a assunto de pouca importância, para assuntos mais sérios como explicação sobre nomes e expressões de linguagem, sobre as quais esclarece também em nota de rodapé:

Fique dito por uma vez que todos os nomes que empregamos, cenas que descrevemos, costumes que pintamos, são rigorosamente históricos. Fácil nos fora reunir este romance num pélogo de citações; mas falece-nos a fúria da erudição. E não seria ela ridícula no humilde historiador de um humilíssimo truão? (HERCULANO, s. d., p. 32)

É certo que a estratégia reduz drasticamente o número de notas e citações no romance, mas o eruditismo permanece nas explicações didáticas ao leitor sobre a estrutura e o funcionamento da sociedade medieval portuguesa. A preocupação com a historicidade do romance é de alto grau e recorrentemente marcada, o que justifica o juízo de “importantíssima e mui verdadeira história”, afirmado pelo narrador-autor na última página do romance, apesar dos preenchimentos ficcionais serem declarados:

Mas por que não procuraram os vencidos amparar-se dentro dos fortes muros e torres do castelo de Guimarães? É o que não nos diz a história. Pouco importa: di-lo-emos nós. A história não conheceu Dom Bibas, e Dom Bibas, que muito em segredo o revelamos aqui aos leitores, nos oferece a chave deste mistério. (HERCULANO, s. d., p. 108)

Com relação aos autores referenciados, Herculano cita em sua breve explicação a respeito de como e por que escreve o romance dois cronistas: Lavanha, escritor da *Viagem a Portugal de Felipe II*; Fernão Lopes, com a crônica de *D. João I*, além de pesquisas nas câmaras legislativas e na imprensa política e um manuscrito. Dessas pesquisas, apenas a de Fernão Lopes parece nos conduzir diretamente ao fato histórico ficcionalizado e não apenas à elucidação da relação entre o Colégio do Bispo de Lisboa e o castelo de Guimarães. A pista falsa do manuscrito, tão frequente nos romances históricos românticos, é associada à possibilidade de reconstituição do monumento perdido e garantida em parte pela crônica de Fernão Lopes. Assim, história e ficção se coadunam para recompor o cenário da batalha de S. Mamede e o Romance histórico se

revela como vingança do historiador aos destruidores dos vestígios da história quando diz:

Passou-me então pela mente fazer uma desfeita aos loios (povo) e ao terremoto e dar de novo vida àquele que hoje é só um nome. Procurei coligir as minhas recordações e quando voltei à casa tinha pouco mais ou menos delineado e disposto os matérias que constituem o âmago e substância da narração seguinte. (HERCULANO, [197-], p. XIII).

Inventar a nação significa, no romance de Herculano, criar elementos e artifícios que preencham as lacunas deixadas pela história, deixando clara a fronteira entre o ficcional e o histórico; exaltar as ações dos heróis portugueses e mesmo daqueles que pertencem a classes de menor prestígio, como o protagonista que dá título ao romance, Dom Bibas.

No “Argumento histórico” de *Iracema*, o mesmo Alencar que bebe na fonte de Scott e Cooper declara-se preocupado com o julgamento alheio sobre a sua fidelidade para com os argumentos históricos quando discute sobre posicionamentos diversos e equivocados a respeito da localização da pátria do Camarão (Pernambuco ou Ceará) e sobre o pertencimento de Camarão e Jacaúna à tribo Tabajaras.

Deste modo, o “argumento histórico” vem para esclarecer o ponto de vista histórico de Alencar, que vê a tradição oral como “fonte importante da história e às vezes a mais pura e verdadeira” (ALENCAR, 1995, p. 12). Além disso, ressalta a importância da narrativa testemunhal enquanto argumento de autoridade, citando *Memórias diárias da guerra brasílica do conde de Pernambuco* (1634, janeiro 18) como documento que resolve o impasse histórico sobre o fato de a nação Tabajara ter sido a mesma de Jacaúna e Camarão, favorecendo o ponto de vista da história do qual se servirá a narrativa. Alencar nota que “esta autoridade, além de contemporânea, testemunhal, não pode ser recusada, especialmente quando se exprime tão positiva e intencionalmente a respeito do ponto duvidoso” (ALENCAR, 1995, p. 12). Vemos aqui a aproximação antes referida entre a visão histórica de Alencar e a de Herculano expressa no romance *O Bobo*.

Além dessa, outras fontes são citadas no dito “argumento” como comprovação dos fatos e do ponto de vista adotado pelo autor para a composição da “lenda do Ceará”,

revelando a preocupação de Alencar com o embasamento histórico do romance. A pesquisa linguística cuidadosa e detalhista é marcada pelas frequentes notas ao pé da página a esclarecer os termos e expressões indígenas. Em menor número, encontramos notas sobre as referências históricas de regiões e personagens.

Ainda conforme o “Argumento histórico”, foram importantes para a construção do romance a *Corografia brasílica* ou *Relação histórico-geográfica do reino do Brazil*, composta pelo padre Manuel Aires de Casal, onde se descreve todo o país, relacionando cada província e, para cada uma, refere-se às vilas nela existentes. A obra foi o primeiro livro publicado no Brasil pela Imprensa Régia, em 1817, e foi dedicada ao rei D. João VI;<sup>3</sup> o *Valeroso Lucideno* (1648), de Frei Manuel Callado ou Frei Manuel do Salvador, que, segundo Alencar, é dos antigos o “único que positivamente afirma ser Camarão filho de Pernambuco” (ALENCAR, 1995, p. 12), afirmação corroborada por Bernardo Pereira de Berredo, então governador do Maranhão e do Grão-Pará, na obra *Anaes históricos do Estado do Maranhão* (1749),<sup>4</sup> também consultada por Alencar. Outra obra de referência para a composição do romance cearense é a de Duarte Albuquerque Coelho, quarto donatário de Pernambuco, *Memórias diárias da guerra brasílica do conde de Pernambuco* (1630-1638). Segundo artigo publicado no *Diário de Pernambuco*, em 22 de dezembro de 2003, esta obra, “fundamental para o retrato das lutas holandesas em Pernambuco, foi seguida e copiada por cronistas posteriores e relata fatos curiosos e interessantes para a reconstituição social do Brasil seiscentista”.<sup>5</sup>

Essas obras são emprestadas pelo autor para a comprovação factual e para ambientação espacial e temporal da narrativa, porém é o aspecto linguístico e a idealização do indígena que marcam o nascimento de uma tradição miscigenada. A intertextualidade com o histórico, neste romance romântico de Alencar, ocupa um lugar secundário na narrativa e compõe o contexto temporal e espacial dentro dos limites do seu referencial (documentos e relatos históricos). O elemento básico fundamental para a construção do discurso de nação indigenista de Alencar é a língua, que ganha destaque na formação e transformação da língua portuguesa no Brasil e, portanto, diferenciando-a

---

<sup>3</sup> Informações disponíveis no site <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Corografia\\_Brasilica](http://pt.wikipedia.org/wiki/Corografia_Brasilica) em 27/03/2009>.

<sup>4</sup> BERREDO, Bernardo Pereira. *Anaes históricos do estado do Maranhão*. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Amaro, 1749. Disponível em: <[www.scribd.com/doc/7334660/Anaes-Historicos-do-Estado-Do-Maranhao-Berredo-1749](http://www.scribd.com/doc/7334660/Anaes-Historicos-do-Estado-Do-Maranhao-Berredo-1749)>. Acesso em: 27 mar. 2009.

<sup>5</sup> CRONISTAS luso-brasileiros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 dez. 2003. Disponível em: <[http://www.pernambuco.com/diario/2003/12/22/especialholandesesf252\\_0.html](http://www.pernambuco.com/diario/2003/12/22/especialholandesesf252_0.html)>. Acesso em: 27 mar. 2009.



da língua de Portugal e confirmando-a como elemento exclusivo e caracterizador da nação brasileira. Estas preocupações estão apresentadas na “Carta ao Dr. Jaguaribe”, publicada no “Prólogo à primeira edição” e após o término da narrativa. O autor considera que o “conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura” (ALENCAR, 1995, p. 84), o que o une a Châteaubriant, seu contemporâneo.

Assim, a narrativa apresenta de início um português que assimilou a cultura indígena por valorizá-la, porém isto parece se inverter ao final e Poti torna-se um indígena que assimilou a cultura portuguesa, defendendo os interesses da colonização. O discurso desenvolvido no romance defende, antes, a manutenção dos ideais impostos pela colonização portuguesa e que, de certo modo, vigoravam ainda no século XIX, e se constrói pela apropriação do discurso histórico apresentado em textos que selecionam o ponto de vista histórico que se pretende construir.

Entendemos que a idealização ficcional do silvícola por si só não caracterizaria um herói no momento de formação de uma nova nação, por isso o elemento histórico é tão importante no romance. Ele representa o trajeto de um discurso marcado profundamente pelo que Michel Foucault chamou de “vontade de verdade” (FOUCAULT, 2001, p. 14),<sup>6</sup> que permanece no romance histórico romântico mesmo quando se tem o espaço literário como válvula de escape deste sistema, já que é o lugar propício para a convivência do verdadeiro e do falso amarrados pelo verossímil.

A partir das análises empreendidas, observamos que é preocupação maior do historiador e ficcionista Herculano revelar ao leitor a importância do resgate histórico realizado pelo investimento literário, enquanto que o literato argumenta em favor do valor histórico de sua narrativa, sem perder de vista o seu projeto ficcional. Em regiões de fronteira, convém ter cuidado e as fronteiras do romance histórico revelam-se densas e, por vezes, perigosas. Se em Herculano encontramos uma visão de história única, porém lacunar; em Alencar temos a possibilidade de outras leituras da história, que poderiam mudar a localização das tribos fundadoras do Ceará, para Pernambuco, por

---

<sup>6</sup> Foucault considera a oposição do verdadeiro e do falso como um terceiro sistema de exclusão. Ao lado da proibição da palavra e da segregação da loucura, propõe a vontade de verdade em que a separação do verdadeiro e do falso rege a nossa vontade de saber, compondo um sistema de exclusão, “sistema histórico, institucionalmente constrangedor”.

exemplo. A configuração do romance histórico se dá, portanto, pela relação que cada um dos autores mantém com a narrativa e os documentos históricos, bom como com o universo da criação ficcional.

### Referências

ALENCAR, José de. *Iracema: lenda do Ceará*. São Paulo: Ática, 1995. (A edição consultada, segundo nota da editora, foi cotejada com a terceira edição de B. L. Garnier – Rio de Janeiro, 1878 –, a última edição revista pelo autor.)

\_\_\_\_\_. *Como e porque sou romancista*. São Paulo: Pontes, 2005.

BERREDO, Bernardo Pereira. *Anaes históricos do estado do Maranhão*. Lisboa: Officina de Francisco Luiz Amaro, 1749. Disponível em: <[www.scribd.com/doc/7334660/Anaes-Historicos-do-Estado-Do-Maranhao-Berredo-1749](http://www.scribd.com/doc/7334660/Anaes-Historicos-do-Estado-Do-Maranhao-Berredo-1749)>. Acesso em: 27 mar. 2009.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Cronistas luso-brasileiros*. Disponível em: <[http://www.pernambuco.com/diario/2003/12/22/especialholandesesf252\\_0.html](http://www.pernambuco.com/diario/2003/12/22/especialholandesesf252_0.html)>. Acesso em: 27 mar. 2009.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2001.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

HERCULANO, Alexandre. *O Bobo*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s. d.

HERCULANO, Alexandre. *O Monge de Cister ou a época de d. João I*. 2v. 23ed. Lisboa: Livraria Bertrand, [197-].

### Minirrécio

Eunice de Moraes é professora doutora lotada no Departamento de Letras da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná.